

**ANAIS
DO
PARLAMENTO BRASILEIRO**

**CÂMARA DOS SRS. DEPUTADOS
QUARTO ANO DA PRIMEIRA LEGISLATURA**

SESSÃO DE 1829,

COLIGIDOS

POR

ANTONIO PEREIRA PINTO

EM VIRTUDE DE RESOLUÇÃO DA MESMA CÂMARA

TOMO TERCEIRO

RIO DE JANEIRO

Tipografia de H.J. PINTO – Rua do Hospício, 218

1877

ÍNDICE DO MÊS DE JUNHO¹

TERCEIRO VOLUME

A

Almoxarife dos armazéns da marinha – discussão da proposta do governo extinguindo aquele lugar, - pág. 12.

Administrados da alfândega de Santos – discussão do projeto abolindo este emprego, - págs. 31 e 160.

Aposentadoria dada no Ceará ao comandante Conrado – parecer da comissão de fazenda sobre as despesas com aquela aposentadoria, - págs. 46 e 129.

Houve discussão.

Aposentadorias – concessão de aposentadorias, - pág. 52.

Academia militar na corte – parecer da comissão de instrução pública sobre o projeto do Sr. Hollanda Cavalcante para organização daquela academia, - pág. 56.

Aspirantes e guardas-marinhas – projeto do Sr. Castro e Silva suspendendo sua admissão, - pág. 74.

Arrematantes de rendas públicas – isenção de propinas pelas arrematações, - pág. 135.

Acusação do ministro da justiça Lucio Soares Teixeira de Gouvêa por haver decretado a suspensão de garantias na província de Pernambuco – discussão do parecer da comissão especial transcrito na sessão de 29 de Maio; denúncia dada contra o mesmo ministro na sessão de 11 de Junho pelo deputado Vasconcellos; votação (na sessão de 15 de Junho a pág. 94), do parecer que foi aprovado por 41 votos contra 29, ficando prejudicada a emenda do Sr. Vasconcellos isto é “denuncia contra o ministro,” – págs. 66, 73, 75, 84, 85 e 94.

Oraram os Srs. Vasconcellos, Custodio Dias, Paula Cavalcante, May, Hollanda Cavalcante, Lino Coutinho, Castro e Silva, Cunha Mattos, Almeida Torres, Maia, Clemente Pereira e Feijó.

Rematando seu discurso na sessão de 10 de Junho o deputado Vasconcellos assim exprimiu-se: “Salvemos o trono constitucional, senhores, tenhamos a gloria de legar à geração vindoura este rico presente de moral e felicidade publica, ainda que nos custe sacrifícios e perigosos, e lembremo-nos de que não podemos conseguir tão interessantes resultados sendo por meio da observância da lei. Acusemos o ministro da justiça”.

Na mesma sessão o deputado Custodio Dias ultra opositor perorava neste sentido: “Por consequência para que não recaia sobre o chefe de uma nação qualquer a indignação de um povo é necessário que se verifique a responsabilidade dos ministros. Eu não quero a liberdade que degenera em licença”.

Infere-se da transcrição destes trechos que a linguagem dos mais extremados adversários do governo era sempre pautada pelas normas de toda a deferência em relação aos princípios constitucionais.

Discutiu-se também e largamente sobre – o modo, forma, tempo e sucessos que podiam legalmente autorizar a suspensão das garantias individuais.

¹ O texto dos índices foi digitado e não houve conferência do trabalho. Foi feita também a conversão para a ortografia atual. Os índices originais poderão ser consultados no corpo dos respectivos anais.

B

Bulas sobre o convento do Carmo, sobre a confirmação ao bispo capelão-mor da posse do palácio de sua residência, e sobre o uso que se determinava ao cabido de S. Paulo de certas vestes – requerimento do Sr. Vasconcellos em que, ponderando que todos aqueles assuntos eram temporais e não dependentes de bulas, perguntava ao governo se era certa a sua expedição; fazendo observações sobre a matéria proferiu o bispo do Maranhão as seguintes palavras “tenho ouvido que essas bulas já estão aprovadas pelo beneplácito na conformidade da constituição, etc.” – pág. 127.

Oraram os Srs. bispo do Maranhão, Lino Coutinho, monsenhor Vidigal, Maia, Cunha Mattos e Vasconcellos.

Banco do Brasil – redação do respectivo projeto: terceira discussão, - págs. 49, 139, 175 e 182.

Oraram os Srs. Hollanda Cavalcante, Vasconcellos, Souza França, bispo do Maranhão, Lino Coutinho e Xavier de Carvalho.

C

Comissão militar em Pernambuco. Vid. Denúncia contra o ministro da guerra.

Comissariado geral do exército – discussão do respectivo parecer sobre delapidações do comissário geral e negligência do ministro da guerra em puni-lo, - págs. 22 e 24.

Oraram os Srs. Custodio Dias, Cunha Mattos, Lino Coutinho, Queiroz Carreira e Castro e Silva.

Casa de correção em São Paulo – sobre o ofício do presidente da província pedindo sua criação, - pág. 46.

Comando das armas nas províncias – projeto do Sr. Hollanda Cavalcante para que fossem reunidos aos presidentes nas províncias em que não houvesse mais de oito soldados, e extinguindo o lugar de ajudante de ordens onde não houvesse duas mil praças de 1ª linha; parecer da comissão de guerra, - pág. 47.

Chá – parecer da comissão de comércio sobre a indicação do Sr. deputado Ferreira de Mello permitindo o despacho do chá importado em embarcação estrangeira mediante o pagamento de direitos de 24%, - pág. 53.

Cadetes – projeto do Sr. Castro e Silva dando preceitos para a admissão e reconhecimento dos cadetes, - pág. 74.

Código do processo – parecer da comissão especial encarregada de examinar a proposta do governo apresentada na sessão de 20 de Maio anterior; e voto separado do Sr. Cruz Ferreira a pág. 124; propunha a comissão no artigo do projeto com que concluía o dito parecer que a proposta do governo fosse interinamente executada no império; o citado parecer fora assignado pelos Srs. Cruz Ferreira, Araujo Basto e Medeiros Gomes; na discussão o deputado Vasconcellos ponderou que a comissão dando parecer sobre a proposta do governo não fizera referencia alguma á outro projeto da mesma natureza oferecido pelo Sr. Maia; o Sr. Paula Cavalcante observou que a comissão não praticara o que preceitua a constituição, a saber: que as propostas do governo sejam convertidas em projetos de lei; e não que fossem executadas como lei, - págs. 97, 98, 99 e 124.

Comandantes militares – parecer e projeto da comissão de guerra determinando que aos comandantes militares de qualquer denominação que não fossem os de praças de guerra propriamente ditos, só competia a jurisdição puramente militar, - págs. 99, 100 e 168.

Oraram os Srs. Cunha Mattos, Vasconcellos, Paula Cavalcante, Feijó e Hollanda Cavalcante.

Culto paroquial – projeto do Sr. Ferreira França; eleição dos vigários pelos paroquianos; pagamento por estes das respectivas cõngruas etc., - pág. 127.

Coluna do Estado – requerimento do Sr. Vasconcellos para que o governo informasse sobre se era exata a existência da sociedade secreta com aquele título em Pernambuco, e á qual se atribuía planos de absolutismo, - pág. 147.

Oraram os Srs. Vasconcellos, Lino Coutinho, Clemente Pereira (ministro do império), Teixeira de Gouvêa (ministro da justiça), Hollanda Cavalcante e outros.

Criadas de S. M. a Imperatriz – ofício do ministro do império remetendo uma nova tabela com a reforma dos vencimentos daquelas damas, - pág. 160.

Criação de varias cadeiras de primeiras letras nas províncias do Rio e São Paulo, - pág. 168.

Criação de bispados – no Ceará, São Pedro do Sul e Minas Gerais: projeto do Sr. arcebispo da Bahia, - pág. 169.

Casa da suplicação – projeto do Sr. Lino Coutinho extinguindo a categoria da casa da suplicação e nivelando-a ás outras relações do império, - pág. 182.

D

Denúncia contra o ministro da guerra – requerimento do Sr. deputado Lino Coutinho membro da comissão especial; parecer desta comissão assignado pelos deputados Vasconcellos, Lino Coutinho e M. A. Galvão, terminando pela responsabilidade do ministro por haver criado uma comissão militar na província de Pernambuco; discussão de ordem; se o ministro da justiça co-réu na acusação deverá votar na questão; discussão do parecer da comissão especial; resposta do ministro da guerra apresentada na sessão de 20 de Junho; remessa da resposta a uma nova comissão especial (sessão de 22) composta dos Srs. Araujo Basto, Cruz Ferreira e Medeiros Gomes; - págs. 14, 15, 16, 41, 84, 136, 143 e 149.

Oraram os Srs. Ferreira França, Maia, Lino Coutinho, Cunha Mattos, Xavier de Carvalho, Vasconcellos, Paula Cavalcante, Feijó e Souza França.

Ocioso é advertir que a discussão deste objeto foi de suma importância e de grande alcance politico. Na sessão de 20 de Junho tratando-se de verificar se havia ou não findado o prazo para a resposta do ministro acusado, o Sr. Clemente Pereira (ministro do império) disse “o seu ofício (daquele ministro) ha de chegar hoje á esta casa, talvez ele o quisesse corrigir, alterar, e mesmo talvez a necessidade de apresentá-lo á Sua Majestade o terá demorado”. Estas últimas palavras levantarão reclamações, retorquindo o deputado Vasconcellos nos seguintes termos: “Pois, Sr. Presidente, até neste negocio entra e se toca no augusto nome de S. M. o Imperador”? Há de vir esta resposta também em nome de S. M. o Imperador? “Levantando-se para contestar esta censura o Sr. Clemente Pereira foi interrompido pela intervenção das galerias, e sentou-se protestando contra semelhante fato”.

Diários da Câmara - sobre sua remessa às juntas de fazenda das províncias, - pág. 17.

Diretoria geral dos índios – projeto do Sr. Castro e Silva extinguindo-a; parecer da comissão de estatística, - pág. 59.

Despacho marítimo – projeto do Sr. Castro e Silva sobre este assunto, - pág. 74.

Denúncia contra o presidente de Pernambuco – foi dada por Manoel Zeferino dos Santos por prática de atos inconstitucionais, - pág. 147.

Desembargo do paço – grave erro no autógrafo abolindo-o; requerimento do Sr. Vasconcellos; parecer da comissão de justiça civil, - pág. 154.

Devassas – projeto do Sr. Maia sobre a prova testemunhal á elas necessária, - pág. 160.

Denúncia do ministro da justiça – Vid. Acusação.

E

Eleição da mesa – Foram eleitos os mesmos membros do mês anterior, - pág. 17.

Empregados das Câmaras legislativas – o Senado comunicou não ter adotado o respectivo projeto da Câmara sobre o provimento e demissão daqueles empregados, - pág. 17.

Emolumentos que pertenciam aos antigos secretários do governo das províncias – projeto de lei regulando a percepção daqueles emolumentos, - pág. 45.

Exéquias do santo padre – se devera ou não nomear-se deputação da Câmara que a elas assistisse; decidiu-se, depois de discutida a matéria, pela afirmativa, - pág. 10.

Exército do sul – sobre a falta de pagamento de soldo aos seus oficiais e soldados, - pág. 84.

F

Foro de cidadão brasileiro – parecer da comissão de guarda da constituição sobre o projeto do Sr. Ferreira França dando o foro de cidadão brasileiro sem exceção alguma a todos os que nascidos no Brasil houvesse jurado a constituição, - pág. 52.

G

Guarda de paróquia – projeto do Sr. Ferreira França criando esta guarda, feita por eleição dos paroquianos, e para os serviços especiais da paróquia, - pág. 127.

I

Inventores – Vid. Privilegio.

Impostos, sua iniciativa – lendo o ministro da fazenda na sessão de 10 de Junho diversas propostas, e entre elas uma tratando dos direitos da moeda, ponderou o Sr. deputado Vasconcellos que esta proposta era inconstitucional por tomar a iniciativa de impostos, que pela constituição pertencia à Câmara, dizendo: “havemos de estar ensinando ao Sr. ministro a sua obrigação? Há de a assembleia converter-se em escola de ministros?” – pág. 68.

J

Juiz de paz de Cabreúva em São Paulo – requerimento do Sr. Feijó relativo à anulação de sua eleição, infligida pelo presidente da província, - pág. 13.

Juízes de paz e seus empregados – dispensados de servirem na 2ª linha; projeto n. 9 de 1829, do Sr. Castro e Silva e previsão do conselho supremo militar de 23 de Outubro de 1828, - págs. 18, 140 e 168.

Junta de justiça militar no Pará – officio do Barão de Bagé sobre seu estabelecimento naquela província, - pág. 45.

Jornais. – Vid. Livros.

Juízes ordinários e de órfãos – projeto do Sr. Ornellas propondo que a eleição daqueles juizes fosse feita nas assembleias paroquiais, da mesma forma que se praticava com as dos membros das Câmaras municipais; e dando outras providencias relativas ao referido assunto, - pág. 105.

Juri – projeto do Sr. Ferreira França estabelecendo bases para a organização do tribunal do juri e suas atribuições, - pág. 106.

Juramento dos empregados públicos na chancelaria por procurador – discussão da proposta do governo sobre esta matéria, - págs. 108, 113, 114 e 115.

Oraram os Srs. Vasconcellos, Lino Coutinho, Cruz Ferreira, Clemente Pereira (ministro do império), Souza França, Limpo de Abreu, Maia, Custodio Dias, Araujo Basto e Paula Cavalcante.

Veio ainda ao debate a questão – se o ministro podia apresentar emendas na discussão, ainda mesmo de uma proposta do governo e oriunda de seu próprio ministério – resolveu-se pela afirmativa atento ser o ministro deputado. Nesta conformidade o Sr. Clemente Pereira ofereceu duas emendas, sendo uma aprovada e outra rejeitada.

L

Livros, folhas periódicas e jornais públicos – projeto da comissão de justiça civil sobre uma indicação do Sr. Avelino Barbosa isentando-os de direitos nas alfândegas e de portes do correio, - pág. 47.

Liberdade de imprensa – projeto do Sr. Limpo De Abreu tendente a resguardar a livre enunciação do pensamento contra o direito que se arrogavam alguns magistrados de cerceá-la em seus julgamentos, - págs. 95 a 98.

M

Madeiras e taboados estrangeiros – parecer da comissão de comércio sobre o projeto do Sr. Deos e Silva proibindo a importação das referidas madeiras e taboados nos portos do império, - pág. 55.

N

Negócios da Bahia – observações do Sr. Lino Coutinho sobre o sucesso ocorrido na Bahia de atacar-se a casa do juri com baionetas quando se tratava de julgar o redator do jornal intitulado Baiano, - págs. 84, 106 e 146.

O

Ofícios de justiça – discussão do projeto n. 2 de 1829 relativo ao provimento temporário dos ofícios de justiça, - pág. 29.

Oraram os Srs. Castro e Silva, Maia, Souza França, Vasconcellos e Feijó.

P

Privilégio concedido aos inventores ou descobridores de alguma indústria útil – projeto do senado; discussão, - págs. 12 e 14.

Oraram os Srs. Vasconcellos, Lino Coutinho, Araujo Basto e Maia.

Processo criminal contra os ausentes – discussão do projeto vindo do Senado, - págs. 14 e 18.

Oraram os Srs. Maia, Lino Coutinho, Paula Cavalcante, Ferreira França, Vasconcellos, Limpo de Abreu, Custodio Dias e Castro e Silva.

Portes nos correios às folhas periódicas e jornais nacionais – comunicação do Senado que fora por ele adotado o respectivo projeto da Câmara, - pág. 74.

Pretensão do presbítero José Rodrigues Monteiro, - pág. 27.

Houve longa discussão.

De Felipe Nery Lopes, - pág. 29.

De Alexandre Moreira de Carvalho, - pág. 29.

De João de Siqueira Campello, - pág. 29.

De Manoel Pinheiro de Almeida, - pág. 29.
De Manoel Antônio de Carvalho, - pág. 31.
De João Nepomuceno de Sá, - págs. 31 e 129.
Sobre esta pretensão houve longo debate, tratando-se de uma lei de aposentadorias, etc.
De Joaquim Bernardino de Moura, - pág. 38.
Do deputado José Thomaz Nabuco de Araujo, - pág. 38.
De Joaquim José Ezequiel de Almeida Galvão, - pág. 38.
Do conselho geral da província de S. Pedro do Sul sobre a impunidade dos crimes pela ausência da respectiva organização judiciária; parecer da comissão de justiça criminal, - pág. 39.
Houve larga discussão.
Da Câmara dos Itapicuru de Cima, - pág. 44.
Dos eleitores do julgado de Jeremoabo, - pág. 44.
De João Nepomuceno Sanches, - pág. 47.
De Alexandre José Fróes, - pág. 47.
De Antônio Carlos e Martim Francisco de Andrada presos na ilha das cobras – parecer da comissão de constituição com projeto propondo medida geral para os réus que quisessem defender-se a si mesmos nas causas crimes, sem dependência de advogados, - pág. 48.
Oraram os Srs. Vasconcellos e Lino Coutinho.
De José Libanio de Souza, - pág. 49.
De coronel Antônio Bersane Leite, - pág. 49.
De Bernardino José de Bittencourt e outros, - pág. 50.
Dos arrematantes dos meios direitos da alfandega da Bahia, - pág. 51.
Do barão da Torre de Garcia d'Ávila, - pág. 51.
De Antônio André Lino da Costa, - pág. 51.
De D. Innocencia Maria de Freitas e seus filhos, - pág. 51.
De Miguel José de Araujo, - pág. 51.
De José de Souza Santos, - pág. 52.
Da Câmara e moradores de S. Christovão na província de Sergipe, - pág. 52.
De Elias José dos Santos, - pág. 52.
De Vicente Savi, - pág. 52.
Da Câmara da vila de S. Carlos de Jacuhy, - pág. 52.
Pretensão de João Gonçalves Cezimbra e outros comerciantes da Bahia, - págs. 52 e 55.
De Victorino dos Santos Pereira sobre remissão dos direitos de escravos, - pág. 52.
De José Lourenço Dias – pág. 53.
De Joaquim Theodoro da Rosa, - pág. 53.
Dos comerciantes da província de São Paulo pedindo a abolição dos privilégios dos senhores de engenho, - pág. 53.
De Felizardo Bernardo, - pág. 53.
De Manoel Pacheco da Silva, inspetor da caixa da amortização, - pág. 53.
De Francisco da Cunha Muniz e Gusmão, - pág. 53.
De D. Anna Redosinda Vendalina da Silva, - pág. 53.
De D. Angélica de Almeida, - pág. 53.
De Manoel Fernandes Barata e outros, - pág. 54.
Do coronel João Luciano de Souza, Guerra Araujo Godinho - questão de serventia de ofícios de justiça e fazenda; parecer da comissão de justiça civil; e projeto, - pág. 54.
De Coriolano José Pires, - pág. 55.
De José Maria Velho, tesoureiro da alfandega da corte, - págs. 55 e 160.
De João Damaso José, - pág. 55.
De Cosme Damião da Silveira, - pág. 55.
Dos professores de musica da cidade da Bahia, - 55.

De João Marianno da Fonseca pedindo privilegio para a corte de certa madeira que substituía o mogno, - pág. 55.

De Verissimo José de Almeida e outros, - pág. 56.

De Joaquim José do Carmo, - pág. 56.

De Anna Maria de Souza, - pág. 56.

De Bernardo Felipe, - págs. 56 e 160.

Do coronel Pedro Gomes Nogueira, - pág. 56.

De Manoel Francisco da Costa Thinau, - pág. 56.

Do desembargador Henrique Vellozo de Oliveira, - pág. 57.

Dos moradores da freguesia de S. Fidelis, - págs. 115 e 160.

Dos moradores da povoação de Monte Alegre, - pág. 115.

De João Gonçalves dos Santos, - pág. 124.

De Carlos Custodio de Azevedo, - pág. 124.

De Antônio Alves de S. José, - pág. 124.

De Francisco Theobaldo Sanches Brandão, - pág. 124.

De D. Maria de Dolores, - pág. 124.

De Manoel Luiz da Silva Borges, - pág. 124.

Sobre a mudança da capital de Mato Grosso para Villa Maria, - pág. 124.

De D. Francisca das Chagas Silva da Fonseca, - págs. 140, 149, 153 e 160.

Discutiu-se esta pretensão ponderando-se se era legal que o governo concedesse pensões e aposentadorias sem uma lei regulamentar; e apresentou-se emenda, que passou, cerceando a pensão, foi aprovada, - pág. 153.

De Domingos Velho da Silva, - pág. 146.

De José Maria Heredia, - pág. 154.

Pretensão de José Rodrigues Monteiro, - pág. 168.

De Joaquim Ignácio de Lima, - pág. 168.

De Antônio Carlos de Andrada e Martim Francisco de Andrada; parecer da comissão de constituição, - pág. 78.

Oraram os Srs. Lino Coutinho, Custodio Dias, Xavier de Carvalho e Vasconcellos.

De Francisco de Paula Seixas queixando-se de atos arbitrários do desembargador Cerqueira; parecer da comissão de guarda da constituição; e discussão, - pág. 170.

R

Recepção dos ministros pela Câmara – quanto deverá ter lugar por uma deputação ou quando pelos dois secretários? Houve debate aludindo-se aos casos, ou de leitura de relatórios, ou de assuntos apresentados em nome do imperador; divergirão as opiniões, mas na hipótese dada, que era a do relatório, decidiu-se que fosse o ministro recebido pelos 3º e 4º secretários, - págs. 6, 7 e 8.

Relatório do ministério do império – apresentação, - pág. 8.

Reforma do regimento – parecer da comissão de policia sobre uma indicação do Sr. Maia, - pág. 17.

Relatório do ministério da marinha – apresentação, - pág. 32.

Relatório do ministério da guerra – apresentação, - pág. 57.

Responsabilidade dos empregados públicos – discussão do projeto de lei n. 64 de 1829 marcando normas para tornar efetiva a responsabilidade dos empregados públicos; emendadas do Sr. Feijó, - págs. 183, 153 e 154.

Oraram os Srs. Maia, Lino Coutinho, Paula Cavalcante, Soares da Rocha, Souza França, Monteiro de Barros, Vasconcellos e Clemente Pereira.

Representações ou propostas dos conselhos gerais – destino que deviam ter, - pág. 165 a 168.

Houve debate a que dera origem o plano que o conselho geral da província de São Pedro do Sul organizará para ocorrer á impunidade dos delitos.

Revista – projeto das comissões de justiça civil e criminal estatuinto que quando na concessão de revista ou na decisão dos conflitos de jurisdição e competência das relações províncias dera-se empate sem haver novos juizes, o presidente do tribunal supremo de justiça desempatará - pág. 180.

S

Sesmarias – parecer da comissão de justiça civil sobre uma representação de vários moradores da cidade e termo do Rio de Janeiro queixando-se da Câmara municipal por estipular aforamentos etc., nos terrenos da mesma cidade de que eram eles donos do domínio como legítimos descendentes dos primeiros povoadores dela; segue-se outro parecer da dita comissão sobre um requerimento do senado da Câmara da referida cidade dizendo que lhe tendo sido concedidos em sesmarias ao tempo da edificação da mesma cidade os terrenos em que se achava ela edificada, e subúrbios recusavam-se os foreiros a reconhecer aquele domínio, e pagar os laudêmios e foros, pedindo providencias à Câmara, - págs. 46 e 65.

Sal estrangeiro – parecer da comissão de comércio sobre a indicação do Sr. Castro e Silva proibindo a importação do sal estrangeiro nos portos do império, - pág. 53.

Sentença proferida pelos juizes de fato – projeto do Sr. Limpo de Abreu estatuinto que o § 45 da lei de 22 de Novembro de 1823 (liberdade de imprensa) não permitia que no caso de apelação por nulidade no processo de declaração dos juizes de fato, resultante da falta de algum requisito da mesma lei pudessem os tribunais ordinários emendar a sentença que se tivesse proferido, concedendo apenas a faculdade de tomar conhecimento da mesma nulidade para o fim de se declarar se o processo era nulo ou valido; na justificação do projeto e na discussão havida em que tomarão parte distintos representantes, apontou-se a necessidade da medida consignada no mesmo projeto a fim de evitarem-se os abusos que certos magistrados estavam cometendo contra a liberdade de imprensa e a instituição do juri, - págs. 95, 96 e 97.

Senhoriagem – projeto do Sr. Vasconcellos abolindo o direito de senhoriagem das moedas de ouro e prata, - pág. 118.

Subsídio aos deputados – discussão do projeto n. 6 de 1829, - págs. 102, 106 e 116.

Oraram os Srs. Vasconcellos, Custodio Dias, Lino Coutinho, Cruz Ferreira, Cunha Mattos, Xavier de Carvalho, Araujo Basto, Paula Cavalcante e Ferreira de Mello.

Supremo Tribunal de Justiça – Projeto da comissão de justiça civil sobre as funções dos contínuos, e a execução dos mandados do tribunal, - pág. 181.

T

Tratamento dado à Câmara – indicou o Sr. deputado Ferreira de Mello que o officio do ministro da marinha a pág. 65, não dava á Câmara o devido tratamento, antes era concebido em linguagem incivil, pelo que devia ser-lhe reenviado; houve pequeno debate, - pág. 65.

Tropas estrangeiras – observações do Sr. Vasconcellos, - pág. 83.

Tratados – perguntou o Sr. deputado Vasconcellos se o ministro de estrangeiros havia enviado à Câmara os tratados celebrados, a despeito do fato de correrem impressos, - pág. 85.

Trabalhos estatísticos da província de São Paulo – officio do ministro do império remetendo-os à Câmara, - pág. 95.

V

Verificação de poderes, - pág. 160.

Tratando-se do diploma da reeleição do Sr. Calmon (ministro da fazenda) houve larga discussão, alegando-se que à eleição apenas apresentara-se um terço dos eleitores, e declinando-se outras irregularidades.